


L-
Oliveira

**AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM
CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, DA REDE PÚBLICA, DO
MUNICÍPIO DE ANADIA**

Praça do Município
3780-215 Anadia
Tel. 231 510 730
www.cm-anadia.pt
email: geral@cm-anadia.pt

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA
	21/03/2025
	REFERÊNCIA
	CE_STII_Proc.090/2025

ÍNDICE

CLÁUSULAS DO CONTRATO	4
Cláusula 1.^a	4
Objeto	4
Cláusula 2.^a	4
Preço base	4
Cláusula 3.^a	4
Contrato	4
Cláusula 4.^a	5
Prazo	5
Cláusula 5.^a	5
Entrega dos bens objetos do contrato	5
Cláusula 6.^a	5
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	5
Cláusula 7.^a	6
Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 8.^a	6
Obrigações principais do fornecedor	6
Cláusula 9.^a	7
Garantia técnica	7
Cláusula 10.^a	7
Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 11.^a	7
Preço contratual	7
Cláusula 12.^a	8
Preço anormalmente baixo	8
Cláusula 13.^a	8
Condições de pagamento	8
Cláusula 14.^a	8
Penalidades contratuais	8
Cláusula 15.^a	8

Le
Chie


DATA

21/03/2025

REFERÊNCIA

CE_STII_Proc.090/2025

Força maior	8
Cláusula 16.^a	9
Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 17.^a	9
Resolução por parte do fornecedor	9
Cláusula 18.^a	10
Para cumprimento das obrigações legais e contratuais	10
Cláusula 19.^a	10
Execução da caução	10
Cláusula 20.^a	10
Foro competente	10
Cláusula 21.^a	10
Subcontratação e cessação da posição contratual	10
Cláusula 22.^a	10
Comunicações e notificações	10
Cláusula 23.^a	11
Contagem dos prazos	11
Cláusula 24.^a	11
Proteção de dados pessoais	11
Cláusula 25.^a	12
Legislação aplicável	12
ANEXO I	13
Especificações técnicas	13

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA
	21/03/2025
	REFERÊNCIA
	CE_STII_Proc.090/2025

CLÁUSULAS DO CONTRATO

Cláusula 1.^a Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia, que tem por objeto principal a "AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES, DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DE ANADIA", de acordo com as especificações constantes no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a Preço base

1. O preço base é de 24.860,00 € (vinte e quatro mil oitocentos e sessenta euros), de acordo com o somatório dos preços base por lote abaixo indicados.
LOTE 1 – 22.320,00 € (vinte e dois mil, trezentos e vinte euros).
LOTE 2 – 2.540,00 € (dois mil, quinhentos e quarenta euros).

2. Os preços referidos no ponto anterior, correspondem ao preço máximo que o Município se dispõe a pagar, por lote, aos quais acresce I.V.A., à taxa legal em vigor, para os bens apresentados no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal. Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. Artigos 94º e 95º do CCP e ulteriores alterações).

DATA

21/03/2025

REFERÊNCIA

CE_STII_Proc.090/2025

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 4.^a

Prazo

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de notificação da adjudicação.

Cláusula 5.^a


Entrega dos bens objetos do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação da adjudicação, nas instalações da Câmara Municipal de Anadia, sita na Praça do Município, 3780-215 Anadia.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega e com a respectiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 6.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de não se comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA
	21/03/2025
	REFERÊNCIA
	CE_STII_Proc.090/2025

Cláusula 7.^a **Conformidade e operacionalidade dos bens**

[Assinatura]

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato de acordo com as quantidades, características, especificações e requisitos previstos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.^a **Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, bem como no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:
 - a) Fornecer os bens objeto do contrato de acordo com as características técnicas e funcionais descritas no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
 - b) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que o Município de Anadia tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
 - c) Em caso de rutura de stock ou atraso no prazo de entrega o fornecedor deve comunicar esse facto ao Município de Anadia, de forma fundamentada, logo que dele tenha conhecimento, obrigando-se, se tal foi aceite e oportuno, a restabelecer o fornecimento em prazo razoável;
 - d) São da exclusiva responsabilidade do fornecedor os riscos que possam ocorrer na fase de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga;
 - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social e os seus representantes legais, com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Anadia, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - g) Prestar garantia aos bens, mesmo em caso de descontinuidade de fabrico, no mínimo, pelo prazo de três anos a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à colocação do bem em boas condições de utilização;

2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens.

Cláusula 9.^a **Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de três anos a contar da data da emissão da fatura, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. No prazo máximo de duas semanas a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.

3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante, nunca superior a 48 horas, a contar do dia útil seguinte, e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 10.^a **Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.


2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, não podendo exceder o preço base estipulado, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega,

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA 21/03/2025 REFERÊNCIA CE_STII_Proc.090/2025

bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registradas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a **Preço anormalmente baixo**

1. Para efeitos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 4 do artigo 71.º, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja de 50% ou mais inferior ao preço base.

Cláusula 13.^a **Condições de pagamento**


1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas na Tesouraria da Câmara Municipal de Anadia ou por transferência bancária.

Cláusula 14.^a **Penalidades contratuais**

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V \cdot A / 1000$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento dos bens em atraso e A é o número de dias em atraso.
2. O pagamento a que se refere o número anterior, será efetuado na Tesouraria da Câmara Municipal de Anadia, mediante notificação e no montante que dela conste.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES		 município de anadia	
CADERNO DE ENCARGOS		DATA	21/03/2025
		REFERÊNCIA	CE_STII_Proc.090/2025

ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do contraente público


1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA 21/03/2025 REFERÊNCIA CE_STII_Proc.090/2025

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar;

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP - Código dos Contratos Públicos e ulteriores alterações.

Cláusula 18.ª

Para cumprimento das obrigações legais e contratuais

Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pode a entidade adjudicante proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar conforme o estipulado no disposto no n.º 3 do artigo 88.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações.

Cláusula 19.ª

Execução da caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessação da posição contratual


A subcontratação pelo fornecedor e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos: Câmara Municipal de Anadia, Praça do Município, 3780-215 Anadia, telefone 231510730, email geral@cm-anadia.pt.

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS	DATA 21/03/2025 REFERÊNCIA CE_STII_Proc.090/2025

Cláusula 23.^a
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a
Proteção de dados pessoais

1. O cocontratante compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato.

b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos.

c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas.

d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato.


f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais.

g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o cocontratante e o referido colaborador.

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal.

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.

CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E SOFTWARE DE PRODUTIVIDADE PARA UM CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES		 município de anadia
CADERNO DE ENCARGOS		
		DATA
		21/03/2025
		REFERÊNCIA
		CE_STII_Proc.090/2025

k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais.

l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.

m) O cocontratante não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da entidade adjudicante, sem a prévia autorização desta, dada por escrito.

n) O cocontratante deve apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.

o) O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

2. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são, entre outros: dados de identificação pessoal e os endereços eletrónicos.

3. O prestador de serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

Cláusula 25.ª **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I
Especificações técnicas

Handwritten signature

LOTE 1 – Computadores de secretária (*)

1. 36 (TRINTA E SEIS) COMPUTADORES

- Sistema Operativo Windows 11 Professional
- Processador Intel® core™ i5-13500 de 13.ª geração
- Memória RAM 1x 8GB DDR4
- Disco rígido 512 SSD
- Placa gráfica integrada Intel UHD Graphics 770
- Gravador DVD
- Entradas/Saídas frente:
 - 1 x Entrada combinada de auscultadores/microfone
 - 1 x USB-C
 - 3 x USB A
- Entradas/Saídas traseira:
 - 1 x Entrada combinada de auscultadores/microfone
 - 1 x RJ45
 - 1 x HDMI
 - 1 x VGA
 - 1 x DisplayPort
- Teclado e rato USB
- Garantia de 3 anos on-site; SLA num prazo de 48 horas, dias úteis.

(* Equipamento novo e não recondicionado)

LOTE 2 – Software de produtividade

- 1. 39 (TRINTA E NOVE) LICENÇAS DO MICROSOFT OFFICE LTSC STD 2024, LICENÇA EDUCAÇÃO**